

PROJETO DE RESOLUÇÃO

1. Em vários países europeus, a crescente contestação às políticas de agressão contra os setores populares está a exprimir-se numa enorme mobilização social nas ruas: manifestações pela habitação em Espanha, protestos estudantis em França, luta sindical contra a austeridade na Bélgica. Sendo heterogénea na sua agenda, esta onda de protestos dá voz à recusa de mais benefícios para quem acumula lucros obscenos com a guerra e com a crise do custo de vida, à urgência de políticas de controlo de preços e de aumento dos salários e das pensões e à qualificação dos serviços públicos.
2. As manifestações populares de 10 de outubro foram um importante momento de mobilização contra a política do Governo e contra o agravamento das condições de vida da grande maioria provocado pelo aumento dramático do custo de vida. O envolvimento de militantes do Bloco de Esquerda na articulação e reforço destas manifestações foi decisivo e os resultados de mobilização e de entusiasmo mostram o acerto do empenhamento na constituição de dinâmicas agregadoras de movimentos e coletivos, com uma agenda de disputa da maioria social e sem qualquer transigência para com a política do Governo, em aliança ou não com a extrema-direita.
3. Abre-se um ciclo de intensa mobilização social contra o Governo. Às manifestações de 10 e 17 de outubro somam-se as mobilizações espontâneas pelo direito à habitação e pelos direitos dos cuidadores informais, greves e outras formas de protesto. Todas evidenciam a indignação com a política da direita, que concretiza uma transferência brutal de riqueza do trabalho para o capital e deixa quem vive do seu trabalho com cada vez menos rendimento.
O Bloco de Esquerda condena o recurso do Governo à violência policial contra quem se mobiliza para a luta democrática contra a lei dos despejos e empenhar-se-á em manter a pressão social sobre o Governo contra o ataque a quem vive do seu salário ou da sua pensão.
Portugal vive a crise da habitação mais grave da Europa. Há jovens que não conseguem sair de casa dos pais ou que entregam metade do salário por um quarto e estudantes que desistem do curso porque não encontram onde viver. Há famílias inteiras esmagadas pela renda ou pela prestação ao banco e empurradas para periferias cada vez mais distantes. Há pessoas mais velhas ameaçadas de despejo da casa onde viveram toda a vida, e trabalhadores imigrantes em quartos sobrelotados. Ao mesmo tempo, centenas de milhares de casas estão vazias e milhares de outras foram retiradas da habitação para o alojamento local e para a especulação dos fundos imobiliários.
Em novembro, essa luta aprofunda-se nas mobilizações pelo direito à habitação. A nossa tarefa é fazer delas um movimento popular e amplo, que junte gerações e famílias inteiras: inquilinos e quem paga prestação, estudantes, moradores dos bairros e quem foi expulso dos centros das cidades. Esse movimento tem um objetivo imediato: derrotar a nova lei dos despejos de PSD, CDS, IL e Chega, pedra de toque do ataque a quem vive do seu trabalho. Uma lei que permite cauções sem limite, acaba com o travão às rendas e acelera os despejos não resolve a falta de

casas. Dá a quem especula mais poder para subir rendas e expulsar quem não pode pagar. A aliança das direitas em torno desta lei mostra bem de que lado está.

Mas a derrota da Lei das rendas das direitas não resolve a crise da habitação, o Bloco leva a este movimento um programa para resolver o problema da habitação, que responde a quem arrenda, a quem paga a prestação ao banco e a quem não encontra casa. Para quem arrenda, fixar tetos às rendas, com valores máximos definidos consoante a localização e as características de cada casa e aplicados tanto aos novos contratos como às renovações, garantir contratos de longa duração que devolvam estabilidade a quem arrenda para viver e impor limites às cauções. Proibir despejos sem alternativa habitacional digna, protegendo em especial as pessoas idosas, as pessoas com deficiência e as famílias com crianças. Para quem paga a prestação, o Travão Caixa. O Bloco propõe que, durante doze meses, a Caixa não repercuta nos créditos à habitação própria e permanente as subidas de taxas decididas pelo BCE em 2026, reduzindo o spread na mesma medida. A par disso, garantir que quem não consegue cumprir com o banco pode manter a morada de família e acabar com as penhoras da habitação própria e permanente. Para quem não encontra casa, um programa de habitação pública à altura da crise. Construir casas públicas para baixar os preços e garantir que um quarto de toda a nova construção se destina a arrendamento acessível. Mobilizar de imediato os edifícios públicos devolutos para habitação a custos controlados. Devolver as casas a quem nelas quer viver, travando a construção de novos hotéis nas zonas de pressão habitacional até 2030, reduzindo o alojamento local onde o turismo é excessivo e proibindo a venda de casas a não residentes. Acabar com os benefícios fiscais aos fundos de investimento imobiliário e à especulação e alargar para oito anos a isenção de IML das casas de habitação própria até 125 mil euros.

4. Os cortes impostos pela CGA a pensões atribuídas como definitivas e exigindo a devolução de valores já recebidos a pretexto de um “lapso informático”, constituem um ataque à segurança das pensões e um ensaio do programa que a direita e o lóbi financeiro preparam para todo o sistema de segurança social. Este ataque é inseparável da ofensiva aberta pelo relatório encomendado a Jorge Bravo, consultor das seguradoras e dos fundos de pensões, que inventa um défice onde há excedentes recorde para converter as pensões em contas individuais sujeitas a cortes automáticos. O Bloco contestou a interpretação da CGA, entregou à Provedora de Justiça uma queixa com mais de uma centena de casos, apresentou iniciativas no Parlamento para impedir os cortes e qualquer restituição, e empenha-se na organização dos lesados e na defesa intransigente da Segurança Social pública contra quem a quer transformar num negócio financeiro.
5. O Governo apresenta o Orçamento do Estado para 2027 como “o terceiro orçamento consecutivo sem qualquer aumento de impostos”. Em 2027, o Estado prevê arrecadar mais 1526 milhões de euros de IVA, o imposto que todos pagam sempre que vão às compras e que, por isso, penaliza mais quem ganha menos. Ao mesmo tempo, devolve mais um ponto de IRC às grandes empresas, ao custo de 300 milhões, a caminho dos 1200 milhões anuais quando a taxa chegar aos 17% em 2028. Este é também um orçamento inimigo do Estado Social, verbas para o SNS e

o investimento em educação descem, o investimento público é reduzido ao mínimo e as despesas militares aumentam.

A opção política é beneficiar quem lucra com o aumento do custo de vida, não tocando nos lucros extraordinários acumulados com a crise. As contribuições setoriais que o orçamento se limita a renovar rendem, somadas, menos de três por cento da receita do IRC.

A inflação prevista este ano é de 2,9%, puxada pela energia. Três anos de preços a subir comeram salários e pensões que nunca foram repostos, o rendimento real das famílias está a desacelerar e o orçamento inscreve a Euribor a 3,4% em 2027, mais um ano de prestações a esmagar quem comprou casa. Perante este diagnóstico, as medidas do orçamento acrescentam 45 euros por ano ao rendimento das famílias mais pobres e reduzem o risco de pobreza em 0,01 pontos. Quarenta e cinco euros por ano para os pobres, trezentos milhões por ano para descer o IRC.

Perante a crise de habitação, o Governo mantém a borla fiscal às rendas até 2.300 euros, medida que não baixa uma única renda nem põe uma única casa nova no mercado. Entretanto, a dedução dos juros fica intocada e a Caixa, líder do crédito à habitação, continua sem receber do acionista Estado uma única orientação para travar a repercussão das subidas de juros. E tudo isto acontece em simultâneo com uma nova lei dos despejos que permite cauções sem limite, acaba com o travão às rendas e acelera os despejos.

O orçamento acordado entre PSD, CDS e PS protege quem lucra com a crise e aprofunda todas as crises de quem vive do seu trabalho. O Bloco de Esquerda não se abstém na luta contra a direita, combaterá este orçamento no Parlamento, com propostas de alteração que obriguem cada partido a escolher de que lado está. Repor o IRC em 21% apenas para as empresas que faturam acima de 50 milhões de euros. Criar uma contribuição sobre os lucros da banca, seguindo o modelo espanhol, e taxar os lucros excedentários da grande distribuição, das elétricas e das petrolíferas. Controlar os preços do cabaz alimentar essencial e dos combustíveis. Travar na Caixa Geral de Depósitos a repercussão das subidas de juros e fixar tetos de renda. Acabar com as propinas no ensino superior e reforçar a ação social escolar. Duplicar o imposto sobre o património imobiliário de luxo, consignado ao Fundo de Estabilização da Segurança Social. Estas serão as principais propostas que concretizarão esse combate.

6. O Governo anunciou a entrega da TAP à Lufthansa: 44,9% do capital por 1083 milhões de euros, com o resto prometido para depois de 2028, à mesma Lufthansa que anunciou o corte de quatro mil postos de trabalho em cinco anos. As razões que levam o grupo alemão a querer comprar a TAP, as rotas, os quadros, um peso na economia nacional comparável ao da Autoeuropa, são exatamente as que deviam levar o Estado a não a vender. A história das privatizações é a história da direita a tropeçar nas suas próprias convicções: privatizou a REN e agora recompra a REN, privatizou a banca e agora quer entrar no capital do BCP. Vende em baixa, recompra em alta e chama-lhe boa gestão. Rejeitando a privatização da TAP, o Bloco de Esquerda exigirá um controlo escrupuloso da operação de privatização pela

Assembleia da República e por todos os órgãos com poder de supervisão nesta matéria.

7. A luta das gentes do Barroso é indissociável da estratégia extrativista do Governo e da própria União Europeia (EU) ao arrepio da vontade das populações. Assistimos à invasão dos baldios, a numerosos seguranças privados a vigiarem diariamente as populações e, agora, são as próprias forças policiais a atuarem como elementos repressores ao serviço dos interesses privados. Mas a mineração tende a alargar-se a muitas outras áreas do interior, existindo 79 registos de prospeção em território nacional. Acresce que assistimos igualmente à reativação de outras minas, como é o caso da Borralha (Montalegre), viradas já não para as terras raras mas para a extração de metais destinados a componentes metálicos essenciais à indústria militar. De considerar que estas minas fazem parte dos designados Projetos Estratégicos Europeus ao abrigo do Regulamento das Matérias-Primas Críticas e ilustram a submissão de Portugal aos desígnios militaristas da UE, menosprezando os impactes ambientais e a vida das populações rurais.